

Evento com o IDEC

Enfrentar a desinformação é promover a paz, o respeito e a harmonia; é lutar por um país mais justo e plural, mais apto a acomodar as divergências legítimas num espaço de diálogo contínuo, composto por habitantes que se reconhecem, reciprocamente, não como inimigos, mas como concidadãos.

A justiça eleitoral e o IDEC hoje se dão as mãos pela democracia, pelo direito e pela justiça.

Ao mesmo tempo, denunciam o **negacionismo eleitoral** e conclamam a sociedade civil e o cidadão a questionar quem ataca sem provas o processo eleitoral.

É hora de pensar e de agir para salvar a democracia, para preservar os consensos fundamentais e blindar as instituições.

Realço hoje cinco imperativos éticos:

1. **Abandonar as mentiras e a lógica de ataques**, privilegiando um agendamento propositivo, apto a associar, aos nossos muitos desafios, os correspondentes caminhos e soluções.
2. **Recusar a retórica conflitiva**. Lembro, nesse sentido, que “quem responde o ódio com ódio já foi [pelo ódio

mesmo] manipulado” 1. Queremos paz e segurança nas eleições.

3. **Reprovar, expressamente, toda forma de violência**, propagando assim o desincentivo, de maneira geral, da violência – física ou simbólica.

4. **Denunciar atos antidemocráticos** e não permitindo a sua naturalização.

5. **Preservar o patrimônio democrático**, defendendo, ativamente, o Estado de Direito, as instituições públicas e os fundamentos da democracia liberal.

Duas palavras finais:

A primeira, realçando que a Justiça Eleitoral, ao longo de quase um século, tem assegurado, com desempenho sobressalente, a integridade de mecânicas elementares para o processamento pacífico dos dissensos coletivos, contribuindo para a manutenção da paz constitucional, e que o processo eletrônico de votação ostenta dezenas de camadas de segurança e resulta testado, por especialistas externos, de forma recorrente e exaustiva.

A segunda, expressando cumprimentos e agradecimentos ao IDEC: é hora da união, porquanto os fantasmas insepultos do autoritarismo estão à espreita, tem nome, endereço e CPF, cumpre termos uma união de alerta em

1 EMCKE, Carolin. *Contra o ódio*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

resguardo da institucionalidade e da normalidade eleitoral; um atuar intenso em defesa dos fatos, do direito e da verdade, para que a sociedade constitucional não sucumba.

Concluo afirmando que esta Presidência dialoga com todos os segmentos interessados no processo eleitoral e na defesa da democracia. O diálogo constrói. Esta Presidência, porém, não abre mãos dos princípios que edificam a legalidade constitucional e as próprias funções específicas e exclusivas da justiça eleitoral. Não cede, não tergiversa nem renuncia a sua independência, aos seus deveres e as suas prerrogativas.

Que se cumpra sempre a legalidade constitucional. Que sejam respeitadas as regras do jogo eleitoral, por todos, sem exceção. Que a desinformação seja enfrentada com o ousio da verdade. Que prevaleçam os fatos e as evidências. E que o futuro do Brasil seja habitado pela imprescindível vida democrática. A democracia é inegociável.